

**VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO MÉDIO:  
A ORIENTAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO  
E A MEDIAÇÃO DO PROFESSOR**

*Juliana Magalhães Catta Preta de Santana* (UFRJ)  
[julianamagalhaescp@hotmail.com](mailto:julianamagalhaescp@hotmail.com)

**RESUMO**

A presente pesquisa focaliza o ensino de língua materna no que tange aos valores atribuídos à variação linguística, a saber, de que forma é colocada a variação na interação entre professores e alunos e como se aproveita (ou não) as variedades surgidas nesse contexto. Para tanto, pauta-se no quadro teórico da sociolinguística laboviana (1972, 2008), além do embasamento na sociolinguística educacional de Bortoni-Ricardo (2004), que contribui para estudos no âmbito escolar. Sendo o livro didático o material de apoio para professores no processo de ensino-aprendizagem em sala de aula, é objetivo desta pesquisa: (i) verificar se o livro didático apresenta elementos constitutivos do sistema linguístico de forma a identificar seus contextos de uso; (ii) averiguar se os alunos trazem sua bagagem linguística, ainda que pertencente a uma variante desprestigiada, para o ambiente da sala de aula, para, então, construir novos conhecimentos. Tem-se como amostra um livro didático referente ao ensino médio utilizado em escola pública federal do Rio de Janeiro, além de uma atividade investigativa aplicada aos alunos da 2ª série do ensino médio da referida instituição. O quadro pronominal – recorte de análise – tal como exposto no livro didático e as questões apontadas pelos alunos-informantes constituem o corpus desta pesquisa. Nota-se, por fim, que o que se ensina, muitas vezes, é uma gramática tradicional ainda vinculada aos moldes europeus, que constituiria a norma considerada padrão. A noção que os alunos apresentam sobre a variação linguística, por sua vez, demonstra uma visão paradigmática do que se idealiza como “correto” – objetivado na escola – e uma ideia dicotômica entre este “modelo” (confundido com as normas cultas) e outras formas existentes em diversificados contextos de uso – as que seriam consideradas “incorretas” no ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Variação linguística. Variação e ensino. Livro didático.

### *1. Considerações iniciais*

Muito se tem discutido acerca da abordagem do ensino da língua materna nas escolas, principalmente no que tange à finalidade deste ensino. Não há dúvidas de que este é consequência da estrutura social em que nos encontramos. Desse modo, o conhecimento trazido no ensino em sala de aula é categorizado em função dos parâmetros impostos pela sociedade. Trata-se do contexto em que se insere o ensino da língua materna e, além disso, do papel que esta passa a exercer no ambiente escolar.

Ao atentar para o ensino público do Rio de Janeiro, é notório que as variedades linguísticas referentes aos alunos não correspondem, de modo geral, às aceitas como de prestígio. Assim, a tentativa de enquadrá-los a determinado molde previsto como prestigioso na sociedade sugere certa problematização. O ensino totalmente prescritivo da língua materna é, de fato, pouco eficaz, uma vez que pressupõe um alunado nulo de conhecimentos prévios acerca do uso da língua. No entanto, os alunos são falantes de sua língua materna, o que pressupõe noções internalizadas sobre a língua, além do fato de já se comunicarem por meio desta. O que precisamos almejar, como professores, é a ampliação do conhecimento e das habilidades linguísticas desses alunos dentro de sua própria língua.

Em vista dessas circunstâncias, a intermediação do ensino de língua materna nas escolas é, no mínimo, preocupante. Ainda que a linguagem utilizada pelos alunos constitua uma norma estigmatizada, é impossível apagá-la e depositar em seu lugar uma norma de prestígio, com a qual o aluno pouco tem contato. Tampouco é válido que se mantenha limitado o conhecimento em língua materna simplesmente por assim já se comunicarem. De igual maneira, tentar substituir uma norma estigmatizada por outra considerada padrão também é uma forma de limitar o conhecimento linguístico. É necessário que se apliquem formas diversificadas no ato do ensino/aprendizagem, para que os alunos alcancem um contato com o ainda desconhecido e, a partir daí, adquiram novos conhecimentos. Isto é, o ensino/aprendizagem da língua (qualquer que seja ela) deve se concretizar não como forma de substituição, mas sim como acréscimo linguístico. Desse modo, a ampliação das habilidades linguísticas dos alunos seria viável e mais próxima.

Ampliar as habilidades linguísticas dos alunos significa oferecer subsídios para que possam se adequar – adequar seus discursos – às circunstâncias a que são expostos em sociedade. Deve-se, para tanto, pensar no modo como dialogar com determinados grupos, levando em conside-

ração os conhecimentos e usos linguísticos que cada um traz consigo. Nesse sentido, um ponto crucial para compreender como se consolida a língua materna nas escolas é examinar a abordagem dos livros didáticos utilizados – aceitos pelo PNLEM (2011) –, já que estes servem de base para os professores.

Os livros didáticos são o material de apoio mais utilizado pelos professores – tendo em vista até mesmo a ampla carga horária de muitos docentes (que, por isso, talvez não consigam formular seu próprio material de trabalho) –, de modo a servir como guia no processo de ensino/aprendizagem em sala de aula. É essencial que os professores, além de todos que de alguma forma têm relação com a educação, pensem não só o que de fato trabalhar em sala de aula, mas também em como trabalhar em sala de aula. Em vista disso, propus averiguar o quadro pronominal do português brasileiro tal como exposto em um livro didático referente ao ensino médio utilizado em escola pública federal do Rio de Janeiro, em congruência com a abordagem feita pela professora<sup>39</sup> em sala de aula ao trabalhar tais aportes linguísticos junto aos alunos. Ao observar o conteúdo de *pronomes*, levei em consideração a relevância de seu aporte para a configuração das variedades linguísticas, já que revela diferentes manifestações plausíveis na língua, devendo, portanto, ser explorado dentro de seus contextos de uso.

Este trabalho, assim, teve por foco o ensino/aprendizagem de língua materna no que tange aos valores atribuídos à variação linguística, a saber, de que forma é colocada a variação no diálogo entre professores e alunos, mais especificamente referente ao ensino médio, e como se aproveitam (ou não) as variedades surgidas nesse contexto. Nota-se, logo, a preocupação aqui presente em buscar a ampliação das habilidades linguísticas do alunado, bem como sua capacidade de adequação a diversas circunstâncias de uso da língua. Isto é, trata-se de aprimorar a habilidade dos alunos em adequar-se aos possíveis contextos linguísticos: onde se fala, para/com quem, quando, e com que finalidade. Nesse âmbito, seguem os aspectos teóricos que nortearam este trabalho.

---

<sup>39</sup> Este trabalho foi realizado durante um período de estágio, no ano de 2013, quando acompanhei uma turma de segunda série do ensino médio em uma escola federal do Rio de Janeiro.

## 2. *Fundamentação teórica*

Ao pesquisar sobre a língua materna, compreende-se que a língua é viva e, portanto, naturalmente passível de constantes mudanças. Sabendo ainda que o enfoque deste trabalho não foi uma análise diacrônica de mudanças linguísticas, o aporte teórico que aqui se fez necessário é referente ao estudo sincrônico de variedades linguísticas, tal como abordadas no ensino médio. Para tanto, a sociolinguística laboviana representa relevante papel no aprofundamento da reflexão sobre a variação no livro didático e no ensino de língua materna. A partir desta linha investigativa, apresentam-se os conceitos principais da teoria utilizada no campo de análise deste trabalho.

### 2.1. Contribuições da sociolinguística para o ensino

Labov (2008) viabiliza a noção de língua aqui adotada: “A língua é uma forma de comportamento social [...]. Crianças mantidas em isolamento não usam a língua; ela é usada por seres humanos num contexto social, comunicando suas necessidades, ideias e emoções uns aos outros”. (LABOV, 2008, p. 215)

Precursor da sociolinguística, William Labov pensa e desenvolve subsídios para o estudo da linguagem em sua inscrição no social, ponderando também sobre as dificuldades encontradas na tentativa de apreciações sociolinguísticas. O autor aponta para a variação e mudança linguísticas, de maneira a explorar o sistema de regras variáveis em que se manifesta a língua. A esse respeito, Weinreich, Labov e Herzog (1968) defendem o princípio da heterogeneidade ordenada, a partir do qual se compreende a natureza variável da língua – não homogênea –, isto é, entende-se a variação como inerente à língua. Porém, essa variação se dá de forma ordenada, o que promove a noção de regras variáveis, postulado que permite à sociolinguística estudar e sistematizar a variação linguística. Neste trabalho, a abordagem sociolinguística que se utiliza volta-se para a questão do ensino da língua materna. Para tanto, busquei valer-me de recentes pesquisas sobre o tema da variação a fim de apurar o ensino atualmente aplicado nas escolas.

Conforme afirma Cyranka (2010), o aluno, na escola, já apresenta saberes sobre sua língua que permitem uma comunicação regular em sociedade. O ensino de língua materna não se trata, pois, de anular tais saberes em função de assentar outros – como foi mencionado anteriormente

te. É aparente, portanto, a dificuldade em aproximar o âmbito escolar e a conduta dos professores ao universo linguístico trazido pelos alunos. O domínio escolar, por sua vez, acaba por impor uma “norma padrão” de uso da língua, referente aos compêndios gramaticais; norma esta relacionada ao contexto social e político ainda vigente no século XXI – domínio da elite brasileira em detrimento das demais camadas sociais e seus usos linguísticos. Essa imposição faz referência ao fato de que as escolas insistem em uma abordagem baseada, em sua origem, nos padrões linguísticos lusitanos, no português de Portugal.

O prestígio associado ao determinado português-padrão é, segundo Bortoni-Ricardo (2004), uma consequente herança colonial, dispondo de um enraizado valor cultural. Deve-se, porém, questioná-lo e desmistificá-lo de modo a compreender suas decorrências na estruturação social. No que tange às desigualdades sociais, a língua é representativa de sua cultura, demonstrando, então, os valores linguísticos da sociedade e seus estigmas. Assim, “é preocupante o fato de muitos estudiosos e professores considerarem que toda linguagem, e conseqüentemente, a cultura das crianças de classes populares, tem que ser substituída pela língua da cultura institucionalizada”. (CYRANKA, 2010, p. 504)

Nesse sentido, os PCN referentes ao ensino médio já evidenciam uma preocupação com a representação de variantes linguísticas no processo de ensino/aprendizagem de língua materna:

Por exemplo, no estudo da linguagem verbal, a abordagem da norma padrão deve considerar a sua representatividade, como variante linguística de determinado grupo social, e o valor atribuído a ela no contexto de legitimações sociais. Aprende-se a valorizar determinada manifestação, porque socialmente ela representa o poder econômico e simbólico de certos grupos sociais que autorizam sua legitimidade. [...] O conhecimento que pode parecer, em um primeiro momento, como imediato, tem por trás de si uma história de lutas classificatórias que devem ser revistas no âmbito escolar. A maior ou menor aceitação de determinada manifestação da linguagem na vida prática depende da representatividade que ela assume, nas normas de conduta social (BRASIL, 1999, p. 127).

Tendo em vista que a noção de *norma* é constantemente aludida no que se refere à compreensão do que se deve ensinar em sala de aula, é válido questionar que norma é considerada nos PCN (1999). A fim de aclarar tal questão, Vieira (2009) põe em discussão que língua padrão é essa objetivada no contexto escolar. De fato, há um distanciamento considerável entre a norma padrão reverenciada nos compêndios gramaticais e a norma culta efetivamente utilizada por brasileiros cultos em situações de monitoramento.

Ao que parece, já constitui ponto pacífico, para pesquisadores e professores, a legitimidade da variação linguística. Ocorre que os cerca de 40 anos de boas e produtivas pesquisas sociolinguísticas no país não receberam, ainda, a divulgação desejável. Verifica-se, por vezes, a nosso ver, uma visão estereotipada e dicotômica do amplo espectro da variação. A uma concepção homogeneizante de língua, sobrepôs-se uma outra, que assume a existência da variação, mas que a localiza num espaço fora da escola, como se fosse viável pensar, o tempo todo, assim: “a variação é legítima, a variante x é viável, mas na “norma culta”, a suposta norma da escola, essa variante não cabe, não é adequada. (VIEIRA, 2009, p. 54).

A “norma culta padrão” empregada nas escolas faz referência a um “padrão culto escrito”, na tentativa de empregar os usos linguísticos de prestígio supostamente evidenciados em textos acadêmicos e jornalísticos. No entanto, essa norma idealizada não corresponde de fato às normas utilizadas pela elite brasileira, nem mesmo no que se refere à escrita. O conceito de *norma*, nesse caso, refere-se ao que é normal dentro de determinado contexto social, seja na escrita, seja na oralidade. Isto não significa a ausência de regras na norma, mas essas regras, ainda que sistematizáveis, são também variáveis. É inviável a abordagem e imposição de uma determinada “norma culta padrão” como sendo única e invariável, posto que até mesmo as normas cultas de uso da língua variam a depender do contexto em que se encontram seus falantes.

Criou-se, então, uma era pedagógica de bipolaridades: a norma culta versus outras normas; a escrita versus as falas; o formal versus os informais, sendo supostamente o primeiro polo dessas dicotomias estável e homogêneo, como se, na realidade, a legitimidade da variação se verificasse apenas na fala dos outros, não na do professor, nem na dos “bons textos”. Instaura-se, então, uma tentativa constante do professor em estabelecer, no contexto escolar, as estruturas de uma norma culta vista como invariável. Resulta disso a flagrante contradição entre a proposta teórica e a prática da sala de aula – na fala do professor, na teoria gramatical, e nos diversos textos apresentados aos alunos (VIEIRA, 2009, p. 54).

Como evidenciado acima, há, na verdade, uma pluralidade de normas também no padrão culto – desde a oralidade até a escrita. O ensino da língua, de certo modo formatado pelos padrões linguísticos lusitanos, corrobora a abordagem realizada no contexto escolar, como se não houvesse variedades cultas brasileiras. Foi a partir dessas considerações que busquei fundamentar este trabalho. Em vista dos pressupostos sociolinguísticos aqui apresentados, expõe-se, a seguir, a metodologia utilizada para promover uma abordagem do tratamento dado à variação linguística em um contexto escolar atual.

## **2.2. Aspectos metodológicos**

Primeiramente, fez-se uma leitura dos capítulos descritivos do livro didático em questão, de maneira a abranger a variação linguística nele apresentada de modo geral. A partir deste ponto e de suas consequentes ponderações, construiu-se um questionário que serviu de base para a apreciação crítica aqui realizada. Trata-se da organização de questões a serem respondidas por alunos-informantes, como método utilizado para a coleta de dados. Este questionário foi constituído inicialmente por questões gerais sobre o tema da variação linguística, na tentativa de alcançar a noção que os alunos apresentam sobre as variedades da língua. Com isso, foi possível um posterior contraponto entre o que o livro didático aponta e o conhecimento que os alunos demonstram acerca da noção de variação; conhecimento este desenvolvido por meio da interação professor-aluno, conduzida conforme indica o livro didático.

Em seguida, como recorte de análise, este trabalho centrou-se na exposição do quadro pronominal do referido livro. Propus analisar, assim, a forma como se coloca a variação linguística no ensino dos pronomes, visando a constatar se e como se explicitam suas circunstâncias de uso. Neste momento, questões específicas sobre o aporte do quadro pronominal foram adicionadas ao questionário anteriormente iniciado. Ao aplicar o questionário, pôde-se delinear o resultado quantitativo da coleta dos dados por meio dele adquiridos. Associando-o a um estudo de caso, deu-se a constatação da abordagem feita sobre o tema em questão no contexto escolar, na interação professor-alunos orientada pelo livro didático. As observações feitas durante a exposição do conteúdo abordado foram acompanhadas em um caderno de campo – realizado durante as aulas assistidas da 2ª série do ensino médio.

Dentro desta proposta, foi possível avaliar o tratamento dado à variação linguística para a apresentação do quadro pronominal no referido livro didático, em congruência com a atitude averiguada na abordagem em sala de aula. Paralelo à interpretação qualitativa dos dados coletados, alcançou-se uma análise sobre o tema da variação no ensino. Na seção seguinte, expõe-se a análise e interpretação de dados realizada neste trabalho.

### 3. Análise e interpretação dos dados

A fim de ponderar sobre o tema da variação linguística tal como abordado no ensino médio, analisei o quadro pronominal do livro didático observado em comparação aos dados produzidos a partir do questionário aplicado aos alunos. Ao mesmo tempo, busquei explorar as notas feitas no decorrer das aulas assistidas na escola federal do Rio de Janeiro, como forma de alcançar uma análise produtiva. Para tanto, obtive um total de 16 alunos-informantes<sup>40</sup>, inseridos na faixa etária entre 15 e 16 anos, cursando a 2ª série do ensino médio. O grupo é de sexo masculino e abrange diferentes camadas socioeconômicas.

Para dar início à análise dos dados, considero a abordagem feita no capítulo *Pronome I* (capítulo 15) do livro didático. O capítulo busca definir e classificar os pronomes, explicitando as funções que exercem em determinados discursos. No intuito de abarcar a compreensão dos pronomes em termos de classificação, apresentam-se os quadros pronominais expostos em seguida. Sobre a forma adotada para tanto, é importante destacar certas observações.

Ao classificar os pronomes pessoais, primeiramente, expõe-se um quadro referente à primeira, segunda e terceira pessoas do singular e plural:

<b>1ª pessoa</b>	- <i>eu</i> (singular); <i>nós</i> (plural)
<b>2ª pessoa</b>	- <i>tu</i> (singular); <i>vós</i> (plural) - pronomes de tratamento que, embora empregados com a forma verbal de 3ª pessoa, referem-se à 2ª pessoa do discurso: - <i>você</i> (singular); <i>vocês</i> (plural) - <i>o senhor, a senhora</i> (singular); <i>os senhores, as senhoras</i> (plural) - <i>Vossa Excelência</i> (singular); <i>Vossas Excelências</i> (plural)
<b>3ª pessoa</b>	- <i>ele, ela</i> (singular); <i>eles, elas</i> (plural)

Fonte: Abaurre; Abaurre; Pontara (2008, p. 346)

Neste, nota-se que se insere o pronome *você* indicativo da segunda pessoa (mas em concordância com a terceira) – ainda não exposto em quadros pronominais mais tradicionais –, porém é inserido como pronome de tratamento, em paralelo às formas *o(s) senhor(es)* e *Vossa(s) Excelência(s)*; citado, de certo modo, apartadamente. Ao mesmo quadro não

<sup>40</sup> Ressalto que este trabalho consiste em uma pesquisa piloto, a qual deu origem à pesquisa de mestrado que desenvolvo atualmente (ainda em desenvolvimento).

se adiciona a forma pronominal *a gente*, forma inovadora que já compõe nosso quadro pronominal real e já começa, também, a ser implementada em alguns gêneros da escrita (DUARTE, 2013). Esta forma só é mencionada, no livro, como um “extra”, em um adendo denominado *De olho na fala*. Como se pôde averiguar, a variante *a gente* é mostrada separadamente, além de ser descrita como forma exclusiva da fala em contextos coloquiais de comunicação. Em seguida, tem-se outro quadro, o qual busca “uma melhor visualização da variação nas formas dos pronomes pessoais” (ABAURRE, ABAURRE & PONTARA, 2008, p. 348).

Ao observá-lo, é possível destacar certo contraste com relação à realidade linguística atual: o pronome *você*, inserido no quadro anterior e empregado em diversas variedades do português brasileiro, foi retirado do quadro pronominal que englobaria os pronomes pessoais retos em correlação com os oblíquos. Acerca da devida inserção do pronome *você* neste segundo quadro analisado, infere-se que este já assume caráter de forma pronominal de segunda pessoa (RUMEU, 2004), não devendo, portanto, ficar à margem do quadro pronominal.

Pessoas do discurso		Pronomes pessoais retos	Pronomes pessoais oblíquos	
			Átonos	Tônicos
Singular	1ª pessoa	eu	Me	mim, comigo
	2ª pessoa	tu	te	ti, contigo
	3ª pessoa	ele, ela	o, a, lhe se	ele, ela si, consigo
Plural	1ª pessoa	nós	nos	nós, conosco
	2ª pessoa	vós	vos	vós, convosco
	3ª pessoa	eles, elas	os, as, lhes se	eles, elas si, consigo

Fonte: Abaurre; Abaurre; Pontara (2008, p. 348)

No que se refere à ação reflexiva em segunda pessoa, indica-se a construção de uma concordância pouco verificada na variedade carioca: “Tu te penteias sempre depois que acordas?” (op. cit., p.349). É constatado que, na variedade carioca, o emprego do *tu* se realiza em contextos mais informais do que o de *você*, ainda que ambos se utilizem de modo informal. A partir do exemplo exposto, uma variante carioca de fala mais informal seria, possivelmente, “tu se penteia sempre depois que acordas?”, na qual o pronome *tu* concorda com o oblíquo átono *se* e com o verbo também na terceira pessoa. Amplamente empregado desta forma na oralidade carioca, o uso do *tu* é considerado inadequado em circunstâncias mais formais no Rio de Janeiro. Já na variedade sulista, por exemplo, o uso do *tu* se verifica formal e informalmente, ainda que empregado em concordância com a segunda pessoa – como mostra o exemplo dado no

livro. Seria plausível que neste, além de na mediação feita pelo professor em sala de aula, as distinções entre variedades linguísticas fossem exploradas. Embora haja um capítulo destinado ao estudo da variação (inserido em outro volume da coleção a qual pertence o livro aqui analisado), é necessário que os conteúdos linguísticos em geral sejam abordados de forma a abranger as variantes existentes na língua para os fenômenos em questão, tendo em vista que a variação é inerente à língua como um todo (não devendo ser compreendida apenas de modo destacado dos conteúdos linguísticos específicos).

É parte importante da formação do alunado, por exemplo, a compreensão de que em uma variedade culta sulista o emprego do *tu* é totalmente aceitável em contextos formais e bem monitorados, como em uma defesa de tese ou conferência acadêmica. Nessa mesma circunstância, uma variedade culta carioca rechaçaria seu emprego. No entanto, o choque provavelmente não seria causado em função da não concordância entre pronome e verbo, mas sim devido ao emprego do *tu* em contexto de bastante formalidade. O preferencial, nesse caso, seria o emprego de *vo-cê*. Retoma-se, logo, que o uso do pronome *você* é verificado em uma norma culta carioca e, ainda assim, é distanciado do quadro pronominal exposto. Sobre a variável pronominal de segunda pessoa, o distanciamento de falantes cariocas para com a concordância prescrita no livro e no ambiente escolar se pode evidenciar no questionário aplicado para esta pesquisa. Neste, constatou-se que os 16 alunos-informantes consideraram a construção “*tu tem*” incorreta. Entretanto, ao informar o que os mesmos diriam em substituição, 10 optaram pela construção “*tu tens* que *se* aproximar mais (...), Virso!”. Nota-se, logo, a tentativa de seguir uma norma dada como culta na escola com a concordância *tu tens* – ressalte que a concordância verbal apresenta visibilidade mais imediata no que tange a variedades linguísticas estigmatizadas; é mais saliente. Porém, o distanciamento previsto para falantes cariocas, como os informantes em questão, é esclarecido na aceitação da concordância entre *tu* e o pronome *se*.

Foi possível notar, a partir das ponderações acima feitas, que a noção de variação acaba por ser sintetizada nas dicotomias gramática normativa x linguagem coloquial e escrita x fala. A escrita é posta como representativa da “gramática normativa”, enquanto a fala só é citada como linguagem coloquial. Na verdade, existe variação quanto à fala: variação diastrática, diatópica, estilística, em contextos de mais ou menos monitoramento, como foi visto anteriormente. A fala não é apenas representativa de linguagem coloquial. A escrita, por sua vez, também apre-

senta variações: textos acadêmicos diferem da escrita de crônicas e da escrita de artigos de jornal, por exemplo, sem que estes denotem uma escrita incorreta ou estigmatizada. O frequente uso da expressão “gramática normativa” para designar os usos corretos demonstra uma noção de norma apenas como conjunto de regras, representativo de uma “norma culta padrão” supostamente invariável. E, como vimos na seção 3.1, as normas cultas de uso diferem da norma padrão idealizada.

		Um possuidor		Vários possuidores	
		Um objeto	Vários objetos	Um objeto	Vários objetos
1ª pessoa	masc.	meu	meus	nosso	nostros
	fem.	minha	minhas	nossa	nostras
2ª pessoa	masc.	teu	teus	vosso	vossos
	fem.	tua	tuas	vossa	vossas
3ª pessoa	masc.	seu	seus	seu	seus
	fem.	sua	suas	sua	suas

Fonte: Abaurre; Abaurre; Pontara (2008, p 352)

Com relação à descrição dos pronomes possessivos, afirma-se que podem assumir as formas expostas no quadro acima.

Nele, não há menção à forma pronominal *da gente*, no caso com referência a um objeto possuído por segunda pessoa do plural. Além disso, não é mencionado o uso do possessivo *seu* com referência à segunda pessoa do discurso. Este é citado somente com relação à terceira pessoa. A questão da ambiguidade acarretada por seu emprego não é demonstrada, uma vez que não se inferem as formas *dele(s)* e *dela(s)*. Tal questão é trabalhada na interação em sala de aula, porém sem enfoque na variação linguística. O frequente emprego do possessivo *seu* referente à segunda pessoa na variedade carioca não é abordado junto aos alunos, o que os distancia do processo de estudo, compreensão e desenvolvimento da língua. A necessidade de compreender o uso do possessivo *seu* referente à terceira pessoa não anula a presença do *seu* remetente à segunda. Ambos os conhecimentos (entre outros) são indispensáveis ao estudo da língua, e contribuem, inclusive, para que os alunos consigam refletir sobre a diversidade de usos linguísticos.

No que tange às formas de pronomes de tratamento, expõe-se outro quadro contendo as principais, bastante distanciado da realidade atual dos alunos (e também da professora):

Abreviatura	Tratamento	Usado para
V. A.	Vossa Alteza	príncipes, arquiduques, duques
V. Em. <sup>a</sup>	Vossa Eminência	cardeais
V. Ex. <sup>a</sup>	Vossa Excelência	altas autoridades do governo e oficiais das

		forças armadas
V. Mag. <sup>a</sup>	Vossa Magnificência	reitores das universidades
V. M.	Vossa Majestade	reis, imperadores
V. Ex. <sup>a</sup> Rev. <sup>ma</sup>	Vossa Excelência Reverendíssima	bispos, arcebispos
V. P.	Vossa Paternidade	abades, superiores dos conventos
V. Rev. <sup>a</sup> V. Rev. <sup>ma</sup>	Vossa Reverência ou Vossa Reverendíssima	sacerdotes em geral
V. S.	Vossa Santidade	papa
V. S. <sup>a</sup>	Vossa Senhoria	funcionários públicos graduados, oficiais até coronel; na linguagem escrita, pessoas de cerimônia

Fonte: Abaurre; Abaurre; Pontara (2008, p. 350)

A questão focalizada a partir deste quadro, porém, recai sobre o emprego das formas *você* e *vocês* em substituição a *tu* e *vós* em muitas variedades do português do Brasil – provenientes das formas arcaicas *Vossa(s) Mercê(s)*. Tal emprego é devidamente pontuado no livro didático, refletindo uma orientação válida à mediação que será feita pelo professor.

As formas *você* e *vocês* (usadas em muitas variedades do Português do Brasil, em substituição a *tu* e a *vós*, para assinalar a 2ª pessoa do discurso) originam-se das formas arcaicas de tratamento respeitoso *Vossa(s) Mercê(s)*, das quais resultaram a partir de uma série de reduções fonológicas. (ABAURRE, ABAURRE & PONTARA, 2008, p. 351).

Ainda assim, vale lembrar que o uso do pronome *vós* também se pode verificar em determinados contextos atuais. Na Igreja ou em orações, por exemplo, o emprego de *vós* é amplamente verificado. Este, por sua vez, é um ambiente próximo de muitos alunos, os quais sequer notam o uso do pronome destacado, afastando-o da língua em uso, o que os distancia do processo de ensino-aprendizagem.

Analizados os quadros pronominais expostos no livro didático, em congruência com o reflexo na aprendizagem dos alunos, pôde-se perceber certa defasagem com relação à concepção de variação linguística. Dentre os 16 alunos-informantes, todos consideraram sua fala como incorreta – a exceção de um, que, mesmo optando pela resposta de que não fala incorretamente, justificou-a afirmando que “tenta falar corretamente”. Em sua maioria, a presença de vícios de linguagem e gírias foi utilizada como explicação para uma fala incorreta. Em comparação com a fala da professora, a maioria considerou que a docente utiliza construções “mais corretas” ou apresenta maior preocupação com a “norma culta”.

As ponderações feitas a partir do questionário aplicado, por conseguinte, demonstraram certa discrepância no que diz respeito ao conceito de norma. Tem-se a ideia de norma somente relacionada a um conjunto de regras-padrão e, deste modo, invariável. Nesse âmbito, um dos informantes justificou a avaliação de sua fala como incorreta “por não pensar em normas durante a fala”. Outro, sobre o uso da construção *das pessoa* por uma personagem de quadrinhos, alegou que “ela deve pertencer a uma região cuja fala é característica, como o interior, cidades pequenas, etc.”; outro, ainda, afirma que “a mesma não possui muita instrução sobre a forma correta de linguagem, pois vive em uma área rural”. Na verdade, toda fala é característica/representativa de uma ou outra variedade. O conceito de norma é relacionado diretamente à idealizada norma padrão, na ilusão de que esta seja referente a uma norma culta de uso, enquanto as demais normas linguísticas – o que é normal em outras variedades – são tomadas como formas incorretas ou muito distantes dos usos cultos e, por isso, inválidas. Nesse sentido, destacam-se as seguintes respostas de alunos para a mesma questão: “ela não tem muito conhecimento a cerca de concordância”; “há uma falta de alfabetização na senhora”.

Assim sendo, as constatações feitas com este trabalho propiciam uma discussão sobre o efeito que causam no ensino da língua materna. Como se pode notar, a norma culta, na verdade, também apresenta variações, as quais se deveriam trazer à baila no domínio escolar. É importante promover meios para que se compreenda a noção de variedades linguísticas sem que estas se imprimam em contraposição à suposta “variedade culta da língua”.

#### **4. Considerações finais**

A análise do quadro pronominal no livro didático *corpus* deste trabalho possibilitou perceber, ainda em contexto do século XXI, a imposição de uma norma padrão na escola. Esta, como se pôde observar, é influenciada pelos padrões lusitanos e reverenciada nos compêndios gramaticais.

Embora já haja uma evolução na orientação do livro didático, ainda há uma visão polarizada da variação linguística. O espaço da variação é reservado a uma “fala coloquial”, enquanto a escrita mais formal, focalizada na escola, demanda os usos “corretos”, uma variante culta da língua – a qual se confunde, conforme a análise feita, com um padrão idealizado. No que tange ao questionário aplicado, foi possível perceber essa

mesma visão polarizada por parte dos alunos. Os contextos de fala mais informal são compreendidos como o espaço previsto para a variação (espaço que englobaria os “erros”), como se os gêneros de escrita culta não variassem. Além disso, a noção de norma demonstrada pelos alunos ainda se encontra restrita a um conjunto de regras modelo, não compreendendo a noção de norma no sentido usual das práticas linguísticas, do uso da língua.

O espaço em que se manifesta o uso de variedades não-padrão, no livro, é deslocado do espaço total, como se não apresentasse igual valor com relação às regras de uso descritas no todo do livro – vide o adendo *De olho na fala*. Tais regras de uso se referem a uma norma padrão idealizada, que, objetivada nos compêndios gramaticais, é tomada como alvo no âmbito escolar. Esta, de fato, diverge da norma culta efetivamente utilizada por brasileiros, até mesmo em situações de alto monitoramento. De maneira a contrapor o evidenciado no livro didático e na interação escolar observada, esta norma culta também apresenta variações, as quais não são aludidas no domínio escolar. Os dados analisados permitiram constatar que se transmite a noção de variedades linguísticas, mas que estas se imprimem em contraposição à “variedade culta da língua”. No entanto, como se pode notar por meio das teorias sociolinguísticas anteriormente aludidas, há normas cultas de uso da língua, que variam até mesmo na escrita.

Ao não compreender a existência dessas variedades cultas, acaba-se por buscar uma substituição das variedades trazidas pelos alunos em prol de uma suposta língua-alvo, defendida no livro didático. Esta, na interação professor-alunos, é depositada na figura do professor, detentor do saber – “aquela que fala corretamente, preocupada com as normas”, como apontado na análise. Nesse sentido, o professor é distanciado da variedade que ele próprio apresenta, visto que a norma nele depositada é, na verdade, idealizada. Além disso, nem mesmo um falante pode apresentar-se numa só variedade, uma vez que todos modificamos a fala em função de determinados contextos – variação estilística. O desejável é que os alunos sejam capazes de identificar e se adequar a tais contextos de uso, sem que seja necessário o abandono da variedade linguística por eles trazida.

Desse modo, ainda que a compreensão das variedades cultas, na escrita e oralidade, seja objetivada no ensino, é preciso aproveitar os saberes que os alunos já detêm. É importante, ainda, valer-se dos usos linguísticos que apresentam no cotidiano, no próprio contexto escolar; usos

constantemente variáveis – bem como a língua no geral, que é viva. Assim, as habilidades linguísticas dos alunos seriam amplificadas, ao passo que a linguagem por eles trazida, valorizada. Alunos, corpo docente e a língua como objeto de estudo seriam aproximados, o que auxiliaria o processo de ensino-aprendizagem e faria expandir o conhecimento linguístico a ser aplicado nas diversas atividades de letramento, consoante diversificados gêneros textuais, nas atividades de leitura e produção textual.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete M.; PONTARA, Marcela. *Português: contexto, interlocução e sentido*, vol. 2. São Paulo: Moderna, 2008.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: MEC, 1999.

CYRANKA, Lucia Furtado de Mendonça; MOZZER PINTO, Consuelo Domenici. *Aportes sociolinguísticos à prática do professor: implicações na sala de aula*. 2010. Disponível em:

<[http://www.filologia.org.br/xiv\\_cnlf/tomo\\_1/501-513.pdf](http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_1/501-513.pdf)>. Acesso em: 20-05-2013.

\_\_\_\_\_; PERNAMBUCO, Déa Lúcia Campos. A língua culta na escola: uma interpretação sociolinguística. Instrumento: *Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, Juiz de Fora, v. 10, p.17-28, jan./dez. 2008. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/xiv\\_cnlf/tomo\\_1/501-513.pdf](http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_1/501-513.pdf)> Acesso em: 25-05-2013.

DUARTE, M. E. L. O papel da sociolinguística na descrição da gramática escrita contemporânea. In: TAVARES, M. A.; MARTINS, M. A. (Orgs.). *Contribuições da sociolinguística e da linguística histórica para o ensino de língua portuguesa*. Coleção Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino, volume V. Natal: Edufrn, 2013. p. 115-142.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Trad.: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Carolina Rodrigues Cardoso. São Paulo: Palobla, 2008.

\_\_\_\_\_. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

RUMEU, M. Brito. *A inserção do 'você' no português brasileiro oitocentista e novecentista: reflexos de uma mudança linguística socialmente encaixada*. 2012, p. 147-190. Disponível em:

[http://www.mundoalfal.org/sites/default/files/revista/28\\_linguistica\\_147\\_190.pdf](http://www.mundoalfal.org/sites/default/files/revista/28_linguistica_147_190.pdf). Acesso em: 02-07-2013.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. *Variação linguística, texto e ensino. Con(textos) Linguísticos*. Vitória, n. 3, p. 53-75, 2009.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad.: Marcos Bagno. Revisão técnica: Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 1968.